

PUBLICAÇÃO Nº 295/CMDCA/SP/2016

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8069/90, torna pública Ata de Reunião Ordinária do dia 10/10/16.

PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 10 OUTUBRO DE 2016 DO PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE . CMDCA . SP. Aos dez dias do mês de outubro de 2016, foi realizada a plenária ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente de São Paulo, CMDCA, na Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo, Sala Sergio Vieira de Melo, de acordo com o comunicado nº 283/CMDCA/SP/2016, publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo no dia 07/10/16.

Presentes: Conselheiros do Governo: Lucia Regina Guimaraes de Lemos (TITULAR), Silas Cardoso de Almeida (Suplente), Cláudia Elizabete da Silva (Titular), Rafael Carvalho de Moraes (Titular), Athene Maria de Marco França Mauro (Titular), Sergio Pinto Carneiro (Titular), Thais Romoli Tavares (Suplente), Aurelio Eduardo do Nascimento (Titular), Leda Sueli de Arruda Martins (Titular), **Conselheiros Sociedade Civil:** Valdir Gurgiel (Suplente), Maria de Fátima Lopes Pereira (Suplente), Andreia Alves de Souza (Titular), Sueli Maria de Lima Camargo (Titular), Carlos Alberto de Souza Junior (Titular). **Faltas Justificadas: Ausências:** Gabriela Moccia de Oliveira Cruz, Ana Maria Modolo Diz, Mayara Silva de Souza, Vinicius de Jesus Carneiro, Bertille Ferreira da Silva, Thayame Silva Porto, Sylmara Andreoni Vettorello Ramires, Maria Iracema de Araujo, Valdir Gugiel, Elisabete Antolino, Márcia Rodrigues da Costa Pinto, Jose Geraldo de Paula Pinto, Wisilene Cabral Chaves, Cleide de Almeida, Claudineide Fernandes Figueroa, Rita Luciana Bispo dos Santos, Fagner Campos Rocha, Solange Cristina Castro Sampaio, Viviane Trindade Luz Cruz. O presidente Sergio Pinto Carneiro faz a abertura da Plenária, com a verificação do quórum. Confirmado o número necessário de conselheiros presentes, passa-se à aprovação da pauta Pauta: 1. Diretoria Plena; 1.1 Informes; 1.2 Crianças em Situação de Rua; 1.3 Prorrogação Edital FUMCAD. 1.2 Crianças em Situação de Rua A Vice-presidente, Sueli Camargo que acompanha o Grupo de Trabalho sobre Crianças e adolescentes em Situação de Rua e na Rua, faz um breve relato sobre o trabalho do grupo e as definições até o momento. Informa que ocorreu no ultimo dia 15 de setembro de 2016 uma Audiência Pública com participação significativa, na qual foi solicitada a realização de Audiências Públicas Descentralizadas, com a justificativa que a conjuntura da criança e do adolescente na rua e de rua são diversificadas e com objetivo da participação democrática de todo o município. Comunica que no próximo dia 14, às 14 horas, será realizada na Câmara Municipal de São Paulo, a reunião do GT Ampliado, quando será apresentada a proposta da realização de seis (6) audiências públicas descentralizadas. O grupo central se reúne semanalmente, as sextas feiras, as 14h, na sede do CMDCA e, com um grupo ampliado a cada quinze dias, no mesmo local e horário. **1.3 Prorrogação Edital FUMCAD.** A conselheira e coordenadora da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, Lucia Lemos, discorre sobre a publicação da prorrogação do prazo de entrega dos projetos

para o Edital Fumcad, o qual deverá ser referendado por essa plenária. A alteração foi definida pela diretoria Executiva e publicada em DO na data de 08/10/2016, sendo o prazo prorrogado até o dia 14/10/2016. Ocorre que esta alteração interfere em todo o calendário programado para o Edital FUMCAD 2016, tendo a comissão que fazer a proposta do novo edital, nestes termos:

ANEXO I Calendário

05/09/2016 **É** Reunião Extraordinária para Aprovação do Edital FUMCAD 2016 e seus anexos;

06/09/2016 - Publicação do Edital em DOC

08/09 a 14/10/2016 - Apresentação dos Projetos no CMDCA

15/10/2016 - Publicação Projetos Apresentados

17/10/2016 a 18/10/2016 - Recurso de projetos inscritos, mas não publicados

19/10/2016 - Publicação final dos projetos inscritos

11/10/2016 a 11/11/2016 - Análise pela Comissão Permanente Intersecretarial

10/10/2016 a 17/11/2016 . Análise pela Comissão de Editais

18/11/2016 - Reunião Extraordinária CMDCA para aprovação dos projetos

19/11/2016 - Publicação dos projetos aptos e não aptos

21/11/2016 a 25/11/2016 - Interposição de recursos

22/11/2016 a 06/12/2016 . Análise dos recursos

07/12/2016 - Reunião extraordinária CMDCA para aprovação dos resultados dos recursos.

08/12/2016 - Publicação final dos projetos aprovados como aptos

09/12/2016 - Prazo final para emissão do certificado de captação

A conselheira faz a apresentação e leitura da proposta, a qual colocada em votação pelo presidente Sergio Pinto Carneiro. A proposta é aprovada com duas abstenções, das conselheiras Claudia Elizabete da Silva e Andréia Alves, sem nenhum voto contrário. **2. Comissão Permanente de Relações Institucionais É CPRI** . O coordenador da Comissão, Carlos, apresenta aos conselheiros e aos convidados o número total de Organizações registradas no Conselho neste ano de 2016, desde o mês de janeiro. A seguir apresenta o trâmite/fluxo burocrático interno das solicitações de registros no CMDCA. Após essas apresentações o coordenador faz a leitura das organizações a serem deliberadas pela plenária para aprovação, ou não, do registro requerido ao CMDCA.

REGISTRO	ENTIDADE	VALIDADE
0010/94	CENTRO ESPÍRITA IRM NICE	36 MESES
0034/94	CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	36 MESES
0063/94	CENTRO DE PROMOÇ O SOCIAL BORORÉ	36 MESES
0141/94	ASSOCIAÇ O EVANGÉLICA BENEFICENTE . AEB	36 MESES
0302/94	CENTRO SOCIAL FÉ E ALEGRIA	36 MESES
0769/98	ASSOCIAÇ O INSTRUTORA DA JUVENTUDE FEMININA - INSTITUTO SEDES SAPIENTIAL	36 MESES
0871/00	INSTITUTO CRIANÇA CIDAD	36 MESES
1416/08	INSTITUTO KWARAY	36 MESES
1636/11	ASSOCIAÇ O BRASILEIRA DE BUSCA E DEFESA CRIANÇA DESAPARECIDA -	36 MESES

	ABCD - M ESES DA SÉ	
1845/14	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE COMUNITÁRIA CRIANÇAS DE DEUS	36 MESES
1857/14	INSTITUTO DE APOIO CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM DOENÇAS RENAIAS . ICRIM	36 MESES
1988/16	ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA	12 MESES
1989/16	ASSOCIAÇÃO CRUZ VERDE	12 MESES
1990/16	ASSOCIAÇÃO D EME DULA ÓSSEA DO ESTADO DE S O PAULO . AMEO	12 MESES
1498/09	INSTITUTO ANDRÉ FRANCO VIVE	36 MESES
1111/05	INSTITUTO DE OLHO NO FUTURO	36 MESES
1425/08	CASA DA JUVENTUDE DE SÃO PAULO	36 MESES

0152/94	LAR DAS CRIANÇAS DIVINO AMOR	36 MESES
0227/94	ASSOCIAÇÃO MADRE CABRINI DAS MISSIONÁRIAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	36 MESES
0471/95	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO ALLIANS SEGUROS	36 MESES
1865/15	FUNDAÇÃO OFTALMOLÓGICA DOUTOR RUBENS CUNHA	36 MESES
0957/02	MUDAR . MOVIMENTO UNIFICADO DE DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE RUA	36 MESES
1637/11	ECOS . ESPAÇO COMUNITÁRIO SOLIDÁRIO ANA SANTOS	36 MESES
0077/94	CENTRO SOCIAL LEÃO XXIII	36 MESES
1174/06	INSTITUTO PROFISSIONALIZANTE	36 MESES

	PAULISTA . IPP	
--	----------------	--

Todas as organizações têm seus registros deferidos, com aprovação unânime. O conselheiro Valdir Gugiel solicita que os dados sobre registros das organizações sejam publicizados e encaminhados aos Conselheiros Tutelares. A conselheira Andréia Alves pede que a Comissão Permanente de Registros Institucionais informe aos Conselheiros Tutelares o endereço das organizações com registro no CMDCA, apontando o local onde os projetos são executados, para que eles possam fazer o acompanhamento.

3. Comissão Permanente de Comunicação e Informação É A coordenadora da comissão, conselheira Thais faz o relato das demandas e trabalhos desenvolvidos pela CPCI nos últimos quinze dias. Informa que foi distribuído kit de materiais sobre temas específicos na formação de conselheiros tutelares na última data, quinta-feira, dia seis de outubro. Também informa que os exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente . ECA, já estão vindo para a prova dos conselheiros e, estando em condições, serão impressos, com estimativa de conclusão e distribuição em dez dias. Explica que a ideia é distribuir em bibliotecas públicas, incluindo CEUs. Sobre a proposta de nova resolução CONANDA, crianças e adolescentes em povos quilombolas e povos indígenas, informa que o texto estará disponível na página do CMDCA para sugestões dos munícipes. O conselheiro Carlos sugere que essa discussão também seja feita entre os conselheiros do CMDCA. A conselheira Thais concorda e solicita que se incluam os povos ciganos, além de quilombos e áreas indígenas.

4. Comissão Permanente de Finanças e Orçamento É CPFO . A conselheira coordenadora da CPFO, Lucia Guimarães Lemos apresenta os projetos com pareceres favoráveis para conveniamento com o FUMCAD, colocando-os para apreciação da plenária. A conselheira Andréia se manifesta no sentido de esclarecer quantos projetos foram analisados e aprovados a partir do dia 26/09, dia de publicação do decreto que torna o Conselho de Orientação Técnica, órgão facultativo, ou seja, será consultado apenas conforme deliberação da comissão de editais. A coordenadora não tem a resposta exata, mas verificará. Em regime de votação as cartas de Anuência são aprovadas por unanimidade.

PA	Prot.	Entidade	Projeto	Atendiment o	Valor	Recurso
201 40 158 647 0	111/1 4	Liga das Senhoras Católicas de São Paulo	Arte e Movimento	260 beneficiado s 12 meses	R\$ 132.570,0 0	100% captado
201 40	128/1	Laramara	Mais!Acessibilidad	100 beneficiado	R\$ 155.272,4	100% captado

158 714 0	4		e e Inclusão	s 12 meses	7	
201 40 163 810 0	174/1 4	Unibes	De bem com a vida	1050 beneficiados 12 meses	R\$ 151.237,56	CLASSIFICADO FUMCAD
201 40 156 547 2	097/1 4	Casa da Criança e do Adolescente de Santo Amaro	Semear	60 beneficiados 12 meses	R\$ 280.750,18	CLASSIFICADO FUMCAD
201 40 158 684 4	121/1 4	Casa Jesus, Amor e Caridade	Banda Jovem Larzinho	50 beneficiados 24 meses	R\$ 160.293,20	CLASSIFICADO FUMCAD
201 40 167 454 9	257/1 4	Ação Comunitária do Brasil	Família e Comunidade	339 beneficiados 12 meses	R\$ 925.481,48	100% captado
201 40 163 732 5	163/1 4	Associação de Apoio ao Projeto Quixote	Quixote em cena: educando através da arte	200 beneficiados 12 meses	R\$ 888.979,55	100% captado

5. Comissão Permanente de Políticas Públicas . CPPP . Andreia Alves, coordenadora da Comissão informa que a CPPP se reúne todas as terças-feiras, às 10 horas, no CMDCA, para análise dos relatórios, sendo que o grupo tem uma média de dois relatórios analisados por reunião. A coordenadora relata que é surpreendente o número de relatórios entregues pelas organizações sem a lista de presença. A conselheira Claudia Elizabete da Silva indaga se esse relatório é a principal ferramenta de monitoramento da execução do trabalho nas organizações

e, se for, qual o procedimento adotado quando não vem documentada a frequência de crianças e adolescentes aos projetos, já que pela ausência do documento pode-se supor que não estão ocorrendo atendimentos? A conselheira Andreia Alves responde que a organização é chamada para esclarecimentos e, se estes não forem satisfatórios é solicitada uma visita técnica. Representante de uma organização salienta que as visitas técnicas estão sendo feitas e que são muito detalhadas. A vice-presidente Sueli destaca que o relatório da entidade; a visita técnica e as reuniões realizadas com as entidades são parâmetros de extrema importância na avaliação do projeto para a Comissão Permanente de Políticas Públicas. Sidnei, munícipe presente, pede a palavra para denunciar que a CPTM, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos age com violência contra as crianças que vendem produtos ao largo das estações de trem. Solicita que o CMDCA se posicione publicamente em relação a esta questão. O presidente Sergio Pinto Carneiro diz que encaminhará o caso para a Comissão Permanente de Garantias de Direitos e Conselhos Tutelares . CPGDCT. Na continuidade do seu relato a conselheira Andréia Alves informa que o Grupo de Trabalho de visitas de Crianças e adolescentes a pais e mães encarcerados tem reunião marcada para o dia 19/10, às 14 horas, no CMDCA. O trabalho de discussão culminará numa audiência pública com uma resolução que proporá a orientação dessas visitas. A Vice-presidente Sueli diz que o grupo objetiva também ouvir as crianças e os pais e mães em relação às visitas. O conselheiro tutelar Enrico, questiona como estão os órgãos estão sendo convocados para o grupo de trabalho. Andréia responde que os órgãos estão sendo oficiados e serão chamados na medida da necessidade. Resgataremos a lei da primeira infância, que garante esse direito às crianças. A discussão é como garantir esse direito sem violar outros. Também se discutirá a interrupção brutal da maternidade de mães encarceradas, quando a criança na penitenciária e tem prazo de seis meses para ficar com a mãe, quando são separadas abruptamente.

6. Mudanças de endereços dos Centros de Educação Infantil . CEIs . os representantes da Secretaria Municipal de Educação, Sr Marcelo Betcher e Sr. Marcos Rogério R. Souza, chefe de gabinete estão presentes para esclarecer aos conselheiros os motivos de mudança de endereços dos Centros de Educação Infantil aprovados pelo CMDCA para serem construídos com recursos do Fundo Municipal da Criança e Adolescente . FUMCAD. A conselheira Andreia solicita a ambos quais os critérios usados para tirar uma CEI de uma região e transferir para outra em sentido oposto. O Sr Marcos Rogério, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação, saúda a todos os presentes e agradece em nome da Secretaria e da Secretária Nadia Campeão, ao CMDCA e Conselhos Tutelares pelo trabalho em prol das CEIS. A seguir enfatiza que a Proposta de Emenda Constitucional . PEC 241, é um beijo da morte aos serviços e investimentos na educação, saúde e assistência social, esses serviços ficarão bloqueados para quaisquer aumento de investimentos nos próximos 20 anos. Após essa breve fala ele apresenta os locais onde serão construídos os CEIS, se aprovados por essa plenária.

Nº	TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTRITO	SETOR	DRE	JUSTIFICATIVA PARA A PARALIZAÇÃO DAS OBRAS
1	CEI - MEC/ FUMCAD	Setor 5805 ALVARENGA (ANEXA AO CEU PEDREIRA)	Rua Albino Bento (Estrada do Alvarenga, 3572)	PEDREIRA	5805	S.A	Falta averbar a matrícula do imóvel do CEU, ação necessária para entrar com o licenciamento junto a CETESP, há expectativa que o imóvel não seja liberado antes julho de 2016.
2	CEI - MEC/ FUMCAD	CEI setor 5802	Rua Monsenhor Jose Marinoni- PLANO E	PEDREIRA	5802	S.A	É necessário pagar a complementação da ação expropriatória, valor estimado por DESAP em R\$ 2.245.480,81 e aguardar a imissão na posse.
3	CEI - MEC/ FUMCAD	CEI setor 1706 II	Rua Domingos Sequeira X Rua Jorge Afonso (plano b) SIMEC 11	CAMPO LIMPO	1706	CL	É necessário pagar a complementação da ação expropriatória, valor estimado por DESAP em R\$ 750.329,00 e aguardar a imissão na posse.
4	CEI - MEC/ FUMCAD	CEI setor 4305	Rua Seringal do Rio Verde em frente ao nº 73	JARDIM ANGELA	4305	CL	É necessário pagar a complementação da ação expropriatória, valor estimado por DESAP em R\$ 971.686,16e aguardar a imissão na posse.
5	CEI - MEC/ FUMCAD	CEI setor 0505	Rua Crateus X Rua Bacabal X Rua Catende	ARTUR ALVIM	505	PE	Obra cancelada em razão da contrariedade gerada pelo CADES Regional/ Subprefeitura da Penha e comunidade local.

Nº	TIPO	Nome	Endereço	Subprefeitura	Distrito	Setor	DRE	Demanda registrada
1	CEI	CEI setor 3014	Rua Antonio Burlini- PLANO C SIMEC 013	CAPELA DO SOCORRO	GRAJAU	3014	CS	325
2	CEI- MEC- 85	CEI 4205 IV	Avenida Friedrich Von Voith -Plano B	PIRITUBA	JARAGUA	4205	PJ	696
3	CEI	CEI setor 5507	Rua Sebastião da Barra X Rua Nacip Haydan	PARELHEIROS	PARELHEIROS	5507	CS	357
4	CEI	CEI setor 2406	Rua Antônio Lombardo X Rua Meridionais X Rua Nova Conquista - PLANO B	ITAQUERA	CIDADE LIDER	2406	IQ	437
5	CEI- MEC- 85	CEI setor 3304 III	Rua Luiza Sarazim - Plano B	SAO MATEUS	IGUATEMI	3304	SM	314

O Sr. Marcos Rogério acrescenta que nos lugares onde há mais demanda, há menor disponibilidade de terrenos. Esses CEIS serão construídos com parte de recursos dos FUMCAD e parte de recursos do tesouro municipal. O prazo para entrega é de seis meses, se aprovados por essa plenária. O chefe de gabinete ainda diz que essa administração poderia encaminhar essa demanda para o próximo governo, no entanto se faz presente para garantir essa construção democrática. Solicita que o conselho aprove as alterações, além do direito à educação de todas as crianças, também em nome dos direitos das famílias que precisam prover a educação dessas crianças. A conselheira Andréia salienta que os critérios da CPPP

são os mesmos para as CEIS, governo, e para as organizações, em resposta ao município que disse que o governo não necessita dar contrapartida nos convênios. A posição da CPPP foi de trazer a essa plenária essa questão da mudança de locais, pois esta é a função desse conselho. A CPPP não segura processos, quando chegam são encaminhados. A conselheira ainda diz que tem dúvidas sobre as alterações e pergunta: Se o CMDCA aprovar a alteração, o que será dessas áreas onde o conselho havia aprovado as creches (CEIS)? Qual é o compromisso que pode ser assumido com relação a esses lugares onde não haverá atendimento, mas que tem demanda? O conselheiro Valdir acrescenta que fica temeroso com essas mudanças, pois não sabe se o novo governo continuará com esse projeto. O Sr. Marcos Rogério responde que não há desistência da construção desses CEIS nos locais anteriormente aprovados pelo CMDCA, que no momento que foi aberto procedimento para desapropriação e declaração de utilidade pública, a área fica marcada para construção do equipamento designado, a lei não permite que se construa coisa diversa do objeto da desapropriação. E, ademais, a Secretaria Municipal de Educação deve seguir se esforçando para construir essas creches nas regiões que foram aprovadas pelo CMDCA. Os processos abertos estão a disposição para serem verificados por qualquer interessado. Todas as providências administrativas seguirão seu trâmite. A conselheira Andréia solicita que a SME se comprometa com o CMDCA para a construção destas CEIS nos locais anteriormente designados. Por fim os conselheiros da Sociedade Civil solicitam 5 minutos para fechar uma proposta à plenária. Tempo concedido. Após esse breve intervalo os conselheiros da sociedade civil retornam e propõe a assinatura de um acordo judicial, onde a SME se comprometa a construir as creches nos locais primeiramente aprovados pelo CMDCA. O presidente do CMDCA, Sergio Carneiro, sugere que essa ata seja o compromisso firmado, desde que seja assinada pelo chefe de gabinete da Secretaria Municipal da Educação e conselheiros do CMDCA, sendo encaminhada para o Ministério Público. A conselheira Andréia quer que conste a palavra prioridade ao lado do compromisso, no qual todos concordam. Portanto o Sr Marcos Rogério Souza, chefe de gabinete da SME assume como prioridade a construção dos cinco CEIS nos locais aprovados pelo CMDCA, que estão em processo de desapropriação, sem prejuízo dos cinco CEIS que serão construídos nos novos locais. A proposta é colocada em votação e aprovada por unanimidade. O presidente Sergio Pinto Carneiro agradece a todos e encerra essa plenária às 13h55, enquanto eu, Claudia Elizabete da Silva, segunda-secretária deste conselho lavro esta ata, que será publicada após aprovação, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.